

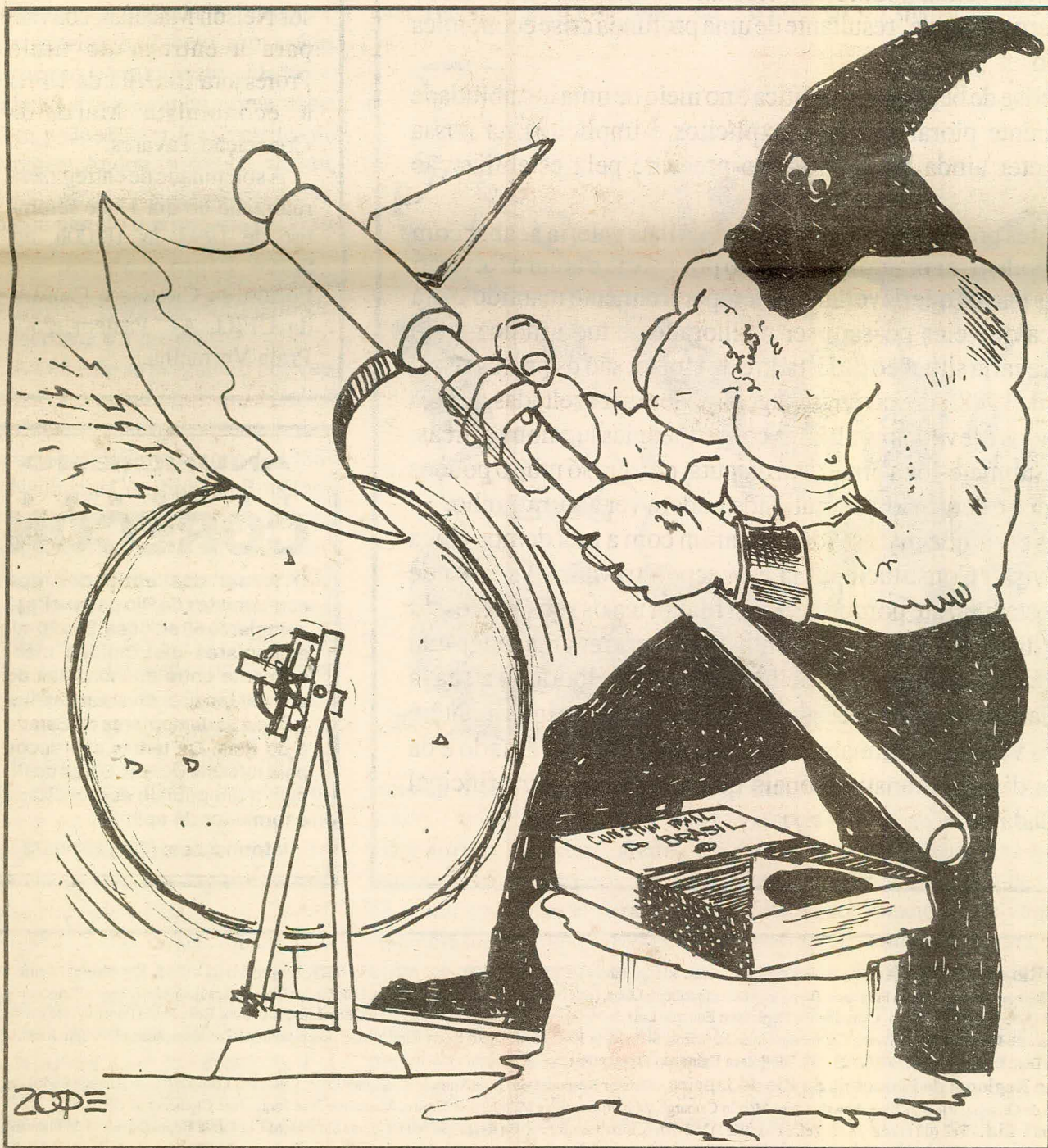
I N F O R M E CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia - 1ª Região do Rio de Janeiro - nº 52 - Agosto - 1993

A polêmica revisão constitucional

Em meio à crise econômica e social em que vive o país, os arautos da revisão querem alterar a Constituição de 1988, que não teve sequer grande parte de seus artigos regulamentados. As entidades dos economistas e o Modecon se manifestam contra a revisão constitucional.

Págs. 3 e 4



Semana do
Economista
debate
dolarização

Págs. 6 e 7

O financiamento
do setor
elétrico

Págs. 8 e 9

Artigo:
A política
antitruste
e a regulação
dos mercados.

Págs. 10 e 11

A pressão de alguns setores do país em rever a Constituição de 1988 demonstra que interesses escusos podem comprometer o conteúdo da Carta, que ainda não teve grande parte de seus artigos regulamentada. O Informe CORECON endossa as opiniões da professora Maria da Conceição Tavares, presidente do IERJ, e reproduz o resumo de artigo por ela publicado na Folha de S. Paulo, com o qual concordam as entidades dos economistas.

"A atual Constituição, promulgada em 1988, foi resultante de dois longos anos de compromissos contraditórios e de muitas noites sem dormir das melhores elites políticas deste país. O texto resultante pode parecer utópico, mas é na verdade uma engenharia complicada de acomodação de interesses e aspirações. A forma de governo (parlamentarismo X presidencialismo) deveria ser, e foi, resolvida por plebiscito e a revisão constitucional poderia limitar-se a expurgar as contradições existentes nesta matéria. O resto dos conflitos e contradições implícitos em certos itens da constituição foram remetidos para regulamentação em lei posterior (ordinária ou complementar). Como se sabe, a maioria dos conflitos latentes continua a existir e as aspirações também, mas a regulamentação não avançou porque a "frente" política que sustentou o primeiro governo democrático desfez-se durante a sua vigência.

As ondas que o furacão Collor provocou agravaram a crise de Estado e de representação, e a instabilidade econômica continua a desafiar a (im) paciência do governo e dos cidadãos. Mas nenhum destes problemas se resolve com a revisão constitucional. Atribuir a uma constituição descumprida em muitas de suas partes fundamentais, sobretudo em matéria de direitos, deveres e organização do Estado, a culpa da "ingovernabilidade" resultante de uma profunda crise econômica e social do país é no mínimo um desatino.

A revisão constitucional, em plena crise de hegemonia política e no meio de uma instabilidade econômica notável, só pode eventualmente piorar conflitos explícitos e implícitos na nossa representação parlamentar e comprometer ainda mais a luta do presente pela estabilização econômica e democrática.

Do ponto de vista da eficácia das elites políticas democráticas, mais lhes valeria acabar com o jogo de espelho, listar os conflitos que podem ser objeto de pactação provisória e adiar a Revisão Constitucional. Deste jogo realista há dois pactos que deveriam ser temporariamente mantidos fora de qualquer revisão, porque nada indica que eles possam ser melhorados e tudo indica, pelo contrário, que podem agravar mais a já precária situação do Estado e da União: são os pactos fiscal e federativo consagrados na Constituinte de 1988. As suas engrenagens podem ser azeitadas, pactos parciais podem ser desenvolvidos, cobrados e levados às últimas conseqüências legais e práticas, mas não há o menor "interesse geral" em submetê-los a uma nova disputa, em que só muito poucos interesses escusos ou uma visão ideológica e deturpada da realidade podem ver algum ganho.

Do ponto de vista das organizações civis que mais se identificaram com a luta democrática (OAB, ABI e Igreja) a luta contra a Revisão Constitucional já está sendo travada. A massa de "cidadãos de 3º classe" talvez não trave esta luta, até porque nela não identifica os seus interesses reais e talvez não acredite muito em seus direitos "virtuais". No entanto, se ocorrer uma longa luta pela Revisão Geral, a confusão dos projetores e o jogo de espelhos em nada melhorarão a sua já precária sanidade física e mental. Aos cidadãos de qualquer espectro ideológico que ainda mantêm a sanidade e o espírito público, mais lhes valeria continuar a longa luta de dentro do Estado e da sociedade para vir a tornar efetivos os direitos constitucionais que levaram o seu principal articulador a chamá-la: Constituição Cidadã".

A Casa do Economista do Rio Grande do Sul, através de suas entidades representativas, Sociedade de Economia, Conselho de Economia e Sindicato dos Economistas, realizará no período de 20 a 23 de setembro de 1993, na Reitoria da UFRGS, em Porto Alegre / RS, o I Congresso de Economia do CONE SUL. Juntamente, será comemorado o Cinquentenário da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul.

CONVITE

O Reitor da UFRJ, professor Nelson Maculan, convida para a entrega do título Professora Emérita da UFRJ à economista Maria da Conceição Tavares.

A solenidade de entrega será realizada no dia 17 de setembro de 1993, às 18:00h, no Salão Pedro Calmon, do Fórum da Ciência e Cultura da UFRJ, Av. Pasteur, 250, Praia Vermelha.

ANUNCIE NO
I N F O R M E
CORECON

O jornal das entidades dos economistas do Rio de Janeiro já completou 50 edições. São 20 mil exemplares distribuídos mensalmente entre economistas do Rio de Janeiro, diversas instituições e parlamentares do Estado e do País. Os temas abordados pelo Informe CORECON se destinam a um público especializado e formador de opinião.

Informações: (021) 224-0578

CORECON/Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054-900. Tel.: (021) 224-0578. Fax.: (021) 221-0958. **Presidente:** Maurício Buzanovsky. **Vice-Presidente:** Luiz Antonio Rodrigues Elias. **Conselheiros Efetivos:** Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa, Luís Otávio de Figueiredo Façanha, Luís Carlos Pires de Araújo, Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Ignácio de Moura Rangel, Sidney Pascolato da Rocha, José Roberto Correia Socero. **Conselheiros Suplentes:** Eduardo Luiz de Mendonça, Renato Augusto da Matta, Eustáquio José Reis, Rosa Maria Porcaro, José Carlos Negri Periard, Alexandre Baptista Freire, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira, Carlos Aguiar de Medeiros. **Secretaria Executiva:** Duvit Regis Kirschbaum. **Secretaria de Fiscalização:** Luiz Sérgio Ribeiro. **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-833. **Biblioteca Eginardo Pires:** bibliotecária, Ângela Peixoto. **INFORME CORECON/Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Diretor Responsável:** Luiz Antonio Rodrigues Elias. **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Ademar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira. **Coordenação e Edição:** Frilas Serviços Jornalísticos Ltda. - Tel. (021) 262-2832. Tel. e Fax: (021) 262-7076. **Editora e Jornalista Responsável:** Deolinda Saraiva (MT - 14109). **Reportagem:** Malu Machado e Sônia Jóia. **Fotografia:** Wânia Corredo. **Ilustrações:** Zope. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** DTP Graphics - Tel.: (021) 255-7196. **Fotolito e Impressão:** Gráfica Tipológica. **Tiragem:** 20.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

Em defesa da Constituição Brasileira

O Informe CORECON expõe a posição das entidades dos Economistas e do Modecon sobre a tentativa de se rever a Carta de 1988, divulga manifesto de Betinho e repudia o massacre dos Ianomâmis, através de manifesto do Conselho Federal de Economia.

A cinco de outubro de 1988, os representantes do nosso povo, eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte, promulgaram a atual Constituição Brasileira, que o saudoso líder Ulysses Guimarães definiu como a Constituição Coragem, a Constituição Cidadã, nos seguintes termos:

"Constituição que testemunha a primazia do homem, que foi escrita para o homem, que o homem é seu fim e sua esperança. O homem é o problema da sociedade brasileira: sem salário, analfabeto, sem saúde, sem casa, portanto sem cidadania. Cidadão é o que ganha, come, sabe, mora, pode se curar. É a Constituição Coragem. Andou, imaginou, inovou, ousou, ouviu, viu, destroçou tabus, tomou partido dos que só se salvam pela Lei. A Constituição durará com a democracia e só com a democracia sobrevivem para o povo a dignidade, a liberdade e a justiça."

Agora é de se perguntar: por que, então, este inexplicável e inaceitável açodamento com que pretendem descaracterizar a Carta Magna de 1988?

Nenhuma Constituição Brasileira estudou mais detidamente, debateu os temas fundamentais com mais profundidade, promoveu uma audiência tão ampla da sociedade brasileira como a de 1987. A Constituição foi elaborada com requintes de prudência e ponderação. Foram ouvidos todos os segmentos sociais, todas as classes. As elites e o povo participaram num belo movimento cívico para que o Texto Supremo fosse a real expressão dos verdadeiros valores e legítimos interesses de nosso País.

Foram vinte meses, quase dois anos de estudos, num processo que incluiu exaustivos debates em Comissões Temáticas, na Comissão de Sistematização e no Plenário. Foi um trabalho realmente da maior seriedade, num tenaz esforço de aperfeiçoamento dos dispositivos constitucionais.

E o que se pretende agora, numa conduta imprudente, senão desfigurar o que o patriotismo dos brasileiros realizou com sinceridade de propósitos, clarividência, esperança e fé nos destinos nacionais?

Imprudência tão evidente, tão indiscutível, que os defensores da revisão anunciam que pretendem fazê-la em apenas quatro ou cinco meses. Essa é uma ligeireza que traduz suspeição.

A Constituição não viveu ainda o tempo necessário para ser apreciada

de maneira a atenuar as graves conseqüências sociais e econômicas do desemprego; como o que, limitando os juros, evitaria a especulação financeira, uma das principais causas do processo inflacionário, favoreceria o desenvolvimento econômico e estimularia os valores do trabalho.

Além do mais, vive o país um momento de graves e agudos problemas, que estão a requerer urgentes soluções, exigindo grande esforço e dedicação, do Governo e do Congresso Nacional; temos um

como os monopólios do Estado sobre setores estratégicos - notadamente petróleo e telecomunicações -, o conceito de empresa brasileira de capital nacional, o mercado como patrimônio do país e outros.

Tal leviandade chega ao extremo de confundir-se com a desfaçatez de alguns arautos da revisão, que, mais afoitos, chegaram ao ponto de anunciar, em terras estrangeiras, que promoveriam as alterações na Constituição Brasileira para escoimá-la dos dispositivos que protegem os interesses nacionais.

Observe-se, por último, que a Constituição de 1988 - como as outras Constituições Brasileiras -, é uma carta classificada como rígida, como se pode deduzir do seu artigo 60, que estabelece um processo complexo e dificultoso de emenda, reforma, revisão, modificação, nomes todos esses adotados pela doutrina. Não se pode compreender então que uma Constituição rígida pudesse admitir uma revisão ampla, capaz de mudar-lhe a substância e o seu próprio espírito, mediante o processo simples do artigo 3º das Disposições Transitórias, com quórum apenas de maioria absoluta em sessão unicameral. É evidente que o mencionado artigo 3º destina-se a adaptar a Lei Magna aos resultados do plebiscito sobre a forma e o sistema de governo.

A Constituição não pode ser rígida em sua parte permanente e flexível nas suas Disposições Transitórias. Seria uma contradição; e os dispositivos constitucionais não podem ser contraditórios.

Esses são os argumentos e ponderações que o Movimento em Defesa da Economia Nacional - MODECON e as entidades que o integram apresentam aos responsáveis pela vida política e a todos os brasileiros de espírito público, convocando-os para a defesa da Constituição Democrática de cinco de outubro de 1988.



racional e devidamente; do mesmo modo, mais de cem dos seus dispositivos carecem, ainda, de regulamentação. Dispositivos estes da maior importância para a sociedade brasileira, como, por exemplo, o que assegura a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, com o que se melhoraria o perfil da nossa iníqua distribuição de renda, aumentando-se o poder aquisitivo do povo e humanizando-se o capitalismo brasileiro; como os que protegem a relação de trabalho

Congresso em fins de mandato, às vésperas de novas eleições, sem a necessária tranquilidade para discutir matéria relevante como a de modificação constitucional; às vésperas, ainda, de eleições gerais e da sucessão presidencial. Tudo indica pois que essa leviana precipitação em modificar a Carta Magna tem os indefensáveis objetivos de suprimir os direitos sociais e abolir as conquistas que defendem e estimulam o desenvolvimento da economia nacional, sem xenofobia, tais

Economistas contra a revisão constitucional

A sentidades representativas dos economistas do Estado do Rio de Janeiro - Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro (IERJ), Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro (SINDECON/RJ) e Conselho Regional de Economia 1ª Região/RJ (CORECON/RJ), aliadas às demais entidades do movimento popular do estado como a ABI, OAB, CUT-RJ, MODECON, entre outras, vêm

questionar a tentativa de setores conservadores de levar adiante uma revisão constitucional no segundo semestre deste ano.

Além dos questionamentos jurídicos que pesam sobre a efetivação de uma revisão este ano, há o fato de que muito ainda temos que trabalhar no sentido de regulamentar a maior parte dos dispositivos constantes na Constituição promulgada em 1988.

A possibilidade de rever a Cons-

tituição está prevista na própria Lei Magna, a qualquer momento e com os quóruns previstos, ou seja, 3/5 das duas Casas. O que não se pode admitir é que se queira utilizar de artifícios e falsos argumentos para cassar os direitos sociais e alguns poucos elementos de defesa da economia nacional, constantes na Carta de 1988.

As entidades de economistas manifestam-se contrárias às alegações de que é a Constituição que

emperra o funcionamento da economia e impede a efetivação de políticas sociais. Tal discurso visa, única e exclusivamente, desviar a atenção da sociedade da necessidade de um projeto de desenvolvimento para o país que contemple políticas sociais efetivas e consistentes, voltado para o crescimento do país, para a redistribuição da renda, da riqueza, e para a justiça social.

Agosto de 1993

Para recriar o Brasil

Herbert de Souza

O Brasil foi produzindo, ao longo da História, a riqueza e a pobreza. Mas nós nos acostumamos com a pobreza como se ela fosse um fato absolutamente natural. Com o tempo, ela se transformou em indignação, e a riqueza se transformou em escândalo. E nós, agora, estamos assustados, assustados com o país em que vivemos, com a falta de futuro, com o presente que faz da vida das grandes cidades um pesadelo e da vida do campo uma contínua pobreza.

Mas chegou o momento de reverter este quadro, de erradicar a miséria, de não aceitar mais como natural que tudo isso aconteça, de mobilizar as consciências, de mobilizar a cidadania, de mobilizar cada pessoa para transformar esta questão não numa questão do Governo, não numa questão do Estado, não numa questão do outro, mas numa questão de cada um, num problema a ser resolvido por todos, solidariamente e de forma concreta.

Nós temos alguns problemas que são absolutamente emergenciais: 32 milhões estão com fome. Trata-se de matar a fome de 32 milhões. A fome não espera. A fome não pode esperar dez anos para ser resolvida. A fome precisa de comida já!

Mas essas pessoas que estão

com fome precisam trabalhar, precisam viver. E nós precisamos de nove milhões de empregos já! Empregos que paguem salário. Mesmo que seja o salário mínimo, mas que paguem alguma coisa para que as pessoas, em troca do trabalho, possam comer, dormir, vestir e educar-se. Essa é a urgência, essa é a emergência.

Mas para criar nove milhões de empregos é preciso que o país transforme a luta contra a miséria e a fome na prioridade absoluta do Governo e da sociedade. O Governo já disse que a luta contra a miséria é sua prioridade absoluta. Disse, afirmou publicamente; fez até um plano. Mas é preciso que a sociedade também diga que erradicar a miséria é a sua prioridade absoluta.

A Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela vida é um movimento que quer recriar o Brasil e que depende, essencialmente, da confiança que cada um deve ter não em mim, não no outro, mas em si mesmo, na cidadania, na ação solidária e conjunta para transformar a realidade. Esta ação da cidadania, na verdade, aposta na consciência, aposta na mudança de visão que vai se transformar em ação e, finalmente, virar comida, emprego, moradia, sociedade, instituições, democracia.

Posição do COFECON sobre o massacre dos Ianomâmis

O Plenário do Conselho Federal de Economia, reunido em Fortaleza - CE, dados os acontecimentos que têm se repetido tendo como consequência a invasão de território indígenas, exploração, violência e, mesmo, massacre contra as tribos brasileiras, posiciona-se firmemente no sentido de que as autoridades e o governo central ponham cobro definitivo a essas atitudes genocidas, venham de onde vierem, e usando dos meios que se fizerem necessários para tal.

Com a mesma firmeza declara rejeitar qualquer interferência indevida, de fora da Nação e do povo brasileiro, no sentido de tentar manipular aconte-

cimentos e situações dessa natureza, atentando contra a indiscutida soberania que exerce o nosso povo sobre o seu território. Problemas como esse são da alçada interna e exclusiva da sociedade brasileira e por ela e com a sua inteira responsabilidade e competência deverão ser resolvidos. Este Conselho, como representação de um segmento da nossa sociedade, declara que repudia, por princípio, quaisquer dessas tentativas indevidas de interferência sobre as nossas questões internas, e deixa claro que é entendimento acabado que a nossa soberania é assunto que não admite discussão.

*Fortaleza,
25 de agosto de 1993.*

A Itália e a política de energia nuclear

Depois de alguns dias no Brasil, onde participou de vários eventos para divulgar os avanços da Itália nos assuntos ligados à energia nuclear, o físico e engenheiro Mário Agostinelli encerrou sua temporada brasileira com uma palestra no CORECON, no último dia 16, presidida pelo presidente do Sindicon, João Manuel Gonçalves Barbosa. Mário Agostinelli é secretário geral da CGIL - Central Geral Italiana do Labore -, uma forte central sindical da Lombardia, e veio acompanhado pelo italiano Antônio Fattore, representante da CGIL no Brasil, que fez papel de tradutor durante a exposição de Agostinelli. A seguir, os principais trechos da palestra de Agostinelli para o CORECON.

"Já há algum tempo, a Itália tem avançado nas discussões sobre energia nuclear. De um lado, através do movimento sindical e, do outro, com o movimento ambientalista, numa transição democrática do sindicalismo na Itália. Os sindicatos italianos chegaram a produzir um livro sobre as formas de controle democrático do sistema energético. E o sistema energético vai pagar preços muito altos para o sistema democrático. Um exemplo do que foi discutido pelo sindicato italiano é se a decisão de se construir uma central em um determinado município deveria ser tomada mesmo contra a decisão daquele município.

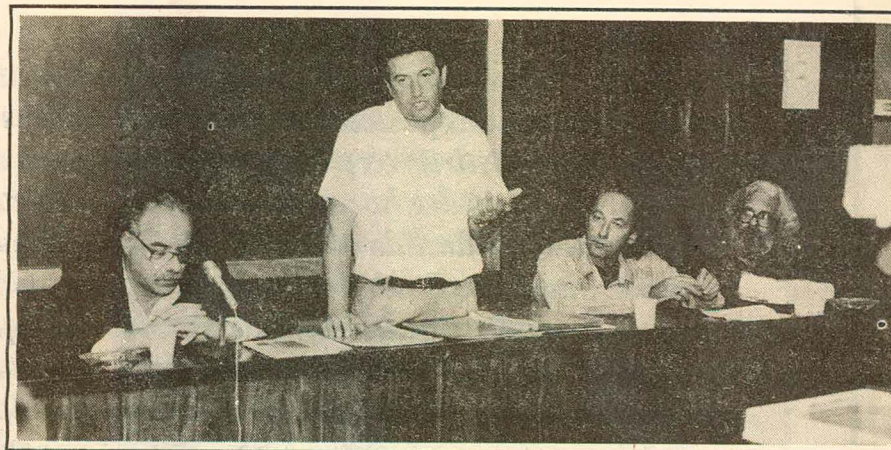
O sindicato italiano passou a questionar por que o plano de emergência para evacuação de uma população, ao lado de uma central, nunca é discutido com a comunidade local. A usina de Angra I tem esse problema. Frente a uma escolha de um sistema de desenvolvimento econômico, com uma lógica autoritária e sem participação de organizações populares e de sindicatos, ou uma escolha de um sistema de desenvolvimento econômico, com um espaço democrático garantido para o sindicato, a escolha do sindicato italiano foi por um desenvolvimento democrático.

Sempre fui a favor das usinas nucleares. Depois do que aconteceu em Chernobil, qualquer um que tenha a cabeça normal muda. Na Itália, o sindicato se confrontou com uma população que não queria centrais nucleares, e também com trabalhadores das centrais que não queriam as usinas. Isso resultou numa discussão de dois anos. Não só na batalha ideológica, contra a energia nuclear, mas também numa discussão sobre

outras fontes de energia. A Itália presenciou um amadurecimento do pensamento sindical, levando 70% dos trabalhadores a votarem pelo fechamento das usinas nucleares no país.

A Itália tinha três centrais nucleares funcionando e mais duas encomendadas. Hoje, as três usinas existentes estão fechadas para serem convertidas a gás. Dentro desse processo de conscientização, é também muito importante convencer os técnicos do setor nuclear de que a tecnologia nuclear não é o máximo da tecnologia. É uma tecnologia dos anos cinquenta. Só os militares acham que a energia nuclear é o máximo no mundo. O Brasil é um país muito interessante e de grande importância para o futuro do planeta. Creio que a batalha das forças democráticas e da esquerda no Brasil não é importante só para os brasileiros, mas também para nós, na Itália.

Através de um gráfico que mostra a inflação nos países industrializados, nós podemos notar que a crise de energia coincide com os picos de inflação. Em outro gráfico, notamos que existe nesses países um crescimento do produto internacional. Mas, infelizmente, existe um terceiro gráfico, em nossos estudos, mostrando um crescimento também do desemprego. À frente de cada crise energética, tem-se um pique de desemprego. Mas, diferente da inflação - pois, quando acaba a crise energética acaba a inflação -, aqui o fim da crise energética não significa queda do desemprego. Fica apenas estável. Isso significa que existe um crescimento nesses países, mas também cresce a diferença entre as classes. Para o sindicato, cada crise energética significa uma piora nas condições de emprego dos trabalhadores.



A partir da esquerda: Fattore, Agostinelli, Minc e Barbosa.

Um outro ponto é que, a cada pique de crise energética, existe um aumento de gastos paramilitares. Ao lado desse problema econômico, temos que nos preocupar com a capacidade da Terra de agüentar o encargo energético. Todos pensam em aumentar o número de indústrias, sem pensar nas reservas existentes. Ninguém discute por quanto tempo pode-se garantir um desenvolvimento, frente as fontes de recursos naturais. Por um estudo nosso, prevemos que a Terra terá petróleo por 40 anos, gás natural, por 56, carbono, por 170 e urano, por 62 anos. É evidente que, com esse tipo de desenvolvimento, não se pode continuar. Considerando toda a energia consumida no mundo, um quarto da população mundial consome muita energia e os outros três quartos da população consomem apenas um quarto da energia restante. Se a parte da população que consome menos energia decidir ficar mais perto da população que consome mais, a Terra não terá energia suficiente.

Nem todos os homens consomem a mesma quantidade de energia. Na América do Norte, cada americano consome 5.350 Kg de petróleo; na África, 430 Kg; na Europa, 3.610 Kg; na Índia, 287; e na América Latina, 1.190. Para cada bebê que nasce nos Estados Unidos, são necessários 400 bebês no Nepal, para gastarem a mesma quantidade de energia. O bebê americano é um grande consumidor de energia. Assim também é na Europa e na ex-URSS, esta por causa da indústria pesada. O grande problema é que a parte que produz não consome.

Neste momento, a política energética dos países do primeiro mundo é o desenvolvimento sustentável. Só que é sustentável para países do primeiro mundo. Não pode existir

ecologia, se não existe desenvolvimento de todos os países. A estrutura energética da América Latina é muito diferente da estrutura existente na América do Norte e na Europa. Nós podemos fazer dois enfoques. Primeiro, que a utilização dos recursos renováveis de energia possa ser feita somente nessa geração atual. O futuro das outras gerações não se sabe. Provavelmente, os países mais industrializados tentarão controlar o desenvolvimento dos outros países. Dentro dessa hipótese, países como EUA, Japão e os principais da Europa devem utilizar o carvão que existe, o xisto betuminoso.

Para desenvolver a tecnologia de uso do xisto betuminoso, precisa-se de um grande volume de capital, o que limita o número de países que podem se beneficiar dessa técnica. Uma outra hipótese é que cada país, cada região desenvolva a sua tecnologia, usando como base a cultura daquela população e energias renováveis. São duas hipóteses possíveis do ponto de vista técnico, mas se diferem do ponto de vista político-social. A primeira, é uma hipótese autoritária e centralizada. A segunda, tem um pluralismo cultural e é bastante democrática.

A primeira vê o mundo como uma pirâmide e não faz distinção se um país consome energia para uma mercedes ou para um camelo. A segunda valoriza o território, com uma política local. O sistema atual tenta passar uma idéia de que a energia elétrica é só colocar o fio na tomada. Mas o problema está no que existe atrás da tomada. Ali, nós temos o problema tecnológico, político e social. Escolher uma tecnologia ou outra, significa escolher um ou outro modelo social".

Dolarizar: a grande

Confiscos e congelamentos já fracassaram. A utilização do dólar como "âncora cambial" é uma das poucas terapias heterodoxas de efeitos imediatos ainda não experimentada. Resistirão os políticos governistas a essa tentação em um ano eleitoral? O tema centralizou as dez horas de debates na "Semana do Economista", realizada na Universidade Cândido Mendes, em Campos, nos dias 10, 11 e 12 de agosto.

Para o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, que trouxe à tona a polêmica - revelando o aumento significativo de estudos e pesquisas sobre o tema realizados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial e a recomendação expressa de sua adoção no Brasil -, essa é uma "canoa furada". Mas entre ela e o "mato sem cachorro" no qual se encontra o governo, são grandes as chances de que as eleições



Sistema Bimonetário: alternativa à dolarização

Queda considerável da inflação, descontinuidade do processo inflacionário, elevação do salário real, queda das taxas de juros internas, reativação dos circuitos de crédito e crescimento da atividade econômica. Esses são os efeitos imediatos de uma dolarização da economia. "É uma atração praticamente irresistível para um político acuado por uma crise inflacionária", afirmou o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, professor da Fundação Getúlio Vargas.

Os economistas do governo e o ministro Fernando Henrique, como chama a atenção Batista, não dizem que vão combater a inflação apenas com o ajuste fiscal. "O ajuste é posto como uma premissa. Mas o que viria depois? Um novo congelamento, devido aos fracassos anteriores, só faria elevar as expectativas de inflação a médio prazo. O mesmo se pode dizer do confisco de ativos financeiros, que é um mecanismo de estabilização temporária. O caminho que se aponta agora é a dolarização", disse.

Com o fim do padrão ouro, todos os sistemas monetários do mundo deixaram de ter um lastro e tornaram-se extremamente dependentes da confiança dos agentes econômicos nas moedas locais. O sistema monetário brasileiro, assim como o de vários países da América Latina, é "um sistema hoje erodido e degenerado", mas a dolarização pode significar a sua sentença final.

Batista alertou os economistas para as recomendações do FMI e do Banco Mundial das terapias de uso de "âncoras cambiais" e criação de Currency Boards (Conselhos da Moeda). "A dolarização vem obtendo apoio crescente da comunidade financeira internacional como combate a crises inflacionárias agudas. É impressionante o volume de

material que os departamentos de pesquisa do Fundo Monetário e do Banco Mundial vêm produzindo sobre o tema. A Estônia, ex-república soviética, criou uma moeda própria e fundou recentemente o Currency Board com o patrocínio do FMI. Há quem imagine que essa proposta possa funcionar também para a Rússia. Na Argentina, o que foi feito é em grande medida um Currency Board", ressaltou.

Existem documentos do Banco Mundial que propõem, especificamente para o Brasil, a criação de um Conselho da Moeda. "Pode ser que o Brasil seja levado a embarcar nessa canoa, que é uma canoa furada para nós. Como o congelamento, é um mecanismo de alcance temporário e que pode gerar um agravamento dos problemas mais à frente. Seu atrativo neste momento, quando a elite política busca uma medida imediatista, tendo em vista as eleições de 94, é muito grande. Ainda que o Fernando Henrique diga que não acredita em mágica, ele sofre uma pressão forte para resolver o problema rapidamente", afirmou.

Batista avalia que a grande tentação hoje no Brasil não é a conversão de toda a moeda em dólar através de uma lei do Congresso, como o que foi feito na Argentina. "A terapia que deve ser proposta aqui é a instalação de um "Conselho da Moeda", constituído como uma autoridade monetária independente, pública, mas não governamental, com o poder de criar uma moeda de relação estável com a moeda externa e conversível nessa moeda sem restrições", afirmou.

Esse tipo de terapia pode ter efeitos perversos: "Quando se dá circulação à moeda estrangeira dentro do país, corre-se o risco de essa situação se tornar irreversível, pois o sistema produtivo

pode se recusar a usar novamente a moeda nacional. O Bundesbank botou abaixo o sistema monetário europeu, ao dar prioridade aos problemas domésticos. A elevação da taxa de juros levou França e Espanha a uma recessão fortíssima. E isso, sem uma moeda comum. Nenhum país até hoje abdicou voluntariamente do poder de emitir moeda, pois pode-se ter como consequência a perda da própria soberania", afirmou.

Os Currency Boards são uma reedição do regime monetário das antigas colônias inglesas, que teve fim após Segunda Guerra Mundial, com o processo de descolonização na África e na Ásia, quando quase todos os países organizaram seus próprios Bancos Centrais e criaram suas próprias moedas nacionais. "A moeda é um atributo essencial da soberania de um país. Vivenciamos agora um processo de regressão, que atinge os países que não conseguiram botar sua casa em ordem".

"Na Argentina, a dolarização foi a forma encontrada para dar respaldo à moeda. Está dando resultado no momento, porque o dólar passa por uma fase de extrema liquidez. No Brasil, essa solução tem grandes chances de fracassar, pois aqui a maior parte das exportações é de produtos manufaturados, cujos preços são bem mais elásticos. As exportações reagiriam, portanto, com muito mais rapidez a uma acumulação da defasagem cambial, causando desequilíbrio na balança de pagamentos", avaliou.

Nogueira Batista criticou tanto os métodos ortodoxos quanto os heterodoxos já aplicados, mas disse que "nada foi tentado". "Em vez de nos deixarmos dominar pela sensação de que estamos em um mato sem cachorro, de que tudo já foi tentado e nada dá

certo, precisamos desenhar políticas de estabilização que levem em conta as especificidades do caso brasileiro".

O economista Carlos Lessa disse assinar embaixo de todas as advertências de Batista, mas reclamou dele a apresentação de uma alternativa. E ela veio: "Sem dúvida precisamos dar respaldo à nossa moeda, dar lastro a ela. Isso pode ser feito sem os riscos de uma dolarização. A idéia não é nova e já foi aplicada nos Estados Unidos após a Independência, na França depois da Revolução Francesa e, no século XX, na Alemanha. Ela consiste na criação de um sistema bimonetário, com a criação de uma moeda emitida por um Banco Central privado".

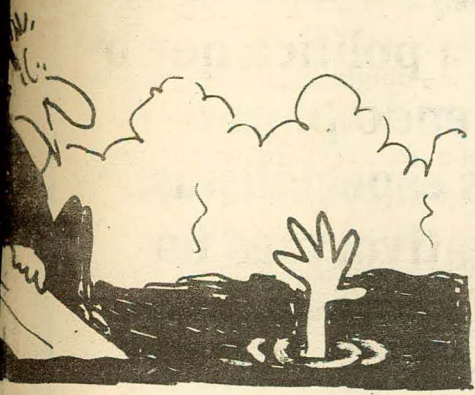
A nova moeda teria o respaldo do setor privado, "não sendo afetada pela desconfiança e o ceticismo extremamente arraigado no que se refere a qualquer iniciativa do poder público". Segundo o economista, a convivência de duas moedas duraria o tempo necessário para se recompor a credibilidade no sistema monetário, que poderia então ser reunificado.

A estabilização com lastros internos e não externos é, em sua análise, a única possível de ser feita em economias continentais e sofisticadas como a brasileira "Na Bolívia ou no Peru, a quantidade de fundos externos exigida para sua utilização como lastro é muito menor do que o necessário no Brasil. Não teríamos dólares suficientes para lastrear toda a nossa moeda". Além disso, resalta, o setor exportador seria bastante atingido pela criação de uma "âncora cambial" - o que ocorreu na Argentina -, e o sistema bancário dificilmente concordaria em perder um Banco Central clássico, que serve como uma última instância de obtenção de recursos.

Entrevista para 94

casadas de 1994 levem a um acirramento das pressões políticas para um novo choque econômico. Batista analisa os possíveis efeitos de uma dolarização no país e propõe como alternativa a criação de um sistema bimonetário, com a convivência de uma moeda estatal e outra criada por um Banco Central privado.

Também foram debatidas questões referentes à abertura da economia e ao padrão de inserção internacional a ser estruturado, levantadas pelo ex-economista da ONU e professor da FEA/UFRJ, Reinaldo Gonçalves, ao papel do Estado para o desenvolvimento da economia e do mercado no capitalismo, com a exposição de Márcio Henrique Monteiro de Castro, membro do COFECON e professor da UFF, e às mudanças na política salarial, discutidas pelo economista do Dieese, Ademar Mineiro.



O papel do Estado: derrubando falsas questões

As interpretações liberais e neoliberais podem ser aplicadas a um mundo dominado por 25 grandes empresas internacionais que controlam 70% do produto capitalista? "A oposição entre o público e o privado é uma grande besteira. O mundo é regido hoje por megaestruturas. São grandes empresas, partidos políticos, instituições seculares, como os judiciários, enfim, toda a rede formadora de um Estado. O mundo de seres atomizados, que poderia ser regulado através de leis de mercado, não existe. Qualquer redefinição do papel do Estado no Brasil deve ser precedida pela consciência desta realidade", afirmou Márcio Henrique Monteiro, conselheiro do Cofecon e professor da UFF.

Quando se fala em internacionalização é preciso ter claro, como destacou o economista, que a divisão internacional do trabalho e a extrema especialização podem provocar uma situação dramática, na qual se produz riqueza para fora sem que se crie riqueza para o país. "É o que ocorre no Brasil. O equilíbrio, que poderia e deveria ser conseguido através da ação e do planejamento do Estado, não existe porque o Estado está privatizado. A proposta neoliberal de inserção internacional, de uma economia de livre mercado na qual o papel do Estado seria nulo, é algo que só existe como forma de dominação. Mercado e Estado não são excludentes. Em Washington cresce o protecionismo. Para os países desenvolvidos, que não seguem seus próprios conselhos, faz muito sentido que nos recomendem essa atuação. Mas para nós, países subdesenvolvidos, ela não faz nenhum sentido", afirmou.

Hoje é urgente uma tomada de decisão política: "O maior problema no

Brasil é que a classe política é uma classe totalmente desinteressada do social, do bem-estar do povo, e mais interessada nos casuísmos, nos oportunismos e nos interesses próprios. Grande parte da Constituição não foi regulamentada ainda e já está sendo rasgada".

O professor revelou que, no ano passado, cerca de 9,8% do orçamento da União foram destinados ao pagamento do funcionalismo público. Este ano, o percentual é de 4,8%. "Quando o governo diz que o problema é o pagamento do funcionário público, o tamanho do Estado, todo mundo sabe que ele está mentindo. A verdade é que o governo emprega mal seus recursos, desvia dinheiro, realiza obras apenas para ganhar por fora. Não vejo mais no Brasil uma nação, mas apenas um aglomerado de pessoas, cada um querendo tirar o seu".

Ademar Mineiro, economista do Dieese, diretor do Sindicato dos Economistas e assessor do Sindicato dos Petroleiros, também apontou como falsa a contradição colocada pelos neoliberais entre Estado e iniciativa privada. "O modelo estatal montado no Brasil desde os anos 50 serviu e serve exatamente para alimentar o crescimento privado. O Estado brasileiro nunca serviu à grande maioria da população".

Ademar questionou os impactos em termos de despesas do setor público e, principalmente, da Previdência Social usados como alegação pelo governo para justificar o veto ao projeto de lei que concedia 100% de reposição mensal aos salários: "As receitas do governo também se elevariam com a adoção da medida. Todos agem como se os salários fossem inflacionários, quando estes, na verdade, estão sempre correndo atrás

dos preços. A contenção dos salários denota a persistência em um modelo de desenvolvimento pautado por uma perversa distribuição de renda, que deve passar por uma profunda revisão por parte da sociedade".

A revisão do modelo de desenvolvimento brasileiro, segundo o economista do Dieese, "passa por uma afirmação dos interesses da sociedade, seja sobre os interesses excludentes privados, que existem, seja sobre os interesses corporativos estatais, que também existem. É preciso fazer com que o Estado seja desprivatizado, passando a ser controlado pela população".

O setor privado cresceu na década de 80 às custas do agravamento da crise do Estado. Enquanto isso, como afirmou Ademar, a população foi sendo excluída e proliferaram-se as cercas e os muros. "É esse o tipo de sociedade que queremos? Esta é a pergunta que deve ser feita anteriormente a qualquer definição de qual seja o papel do Estado. Na minha opinião, o Estado deve ser ampliado, mas não para servir, como sempre serviu, aos interesses privados, mas para melhor servir à população hoje excluída".

Reinaldo Gonçalves, ex-economista da ONU e professor da FEA/UFRJ, mostrou que não é possível abrir mais ainda a economia brasileira, pois esta é uma das economias mais abertas do mundo. "Não é possível comparar o Brasil com Coréia ou Singapura, pelo fato de que estes são países muito pequenos em termos territoriais. Singapura tem uma relação exportação-importação sobre o PIB de 150%. No Brasil, esta relação é de 8%, 9%. Daí se deduz que temos uma economia fechada. Mas se pegarmos as economias de porte continental, veremos que todas

têm estas relações comerciais inferiores a 10% do PIB. A única exceção do mundo é o Canadá, em torno de 20%. Alguém duvida que os Estados Unidos seja uma economia aberta? Se observarmos uma série histórica, desde o século XIX até hoje, vemos que os coeficientes de abertura comercial do Brasil superam sempre os da economia americana", argumentou.

Na área monetária e financeira internacional, analisando os indicadores de pagamento dos juros da dívida externa e de lucros e dividendos com relação ao PIB, Gonçalves aponta uma "relação íntima" do Brasil com o capital internacional. "O primeiro indicador foi, em média, de 3%. Ou seja, de cada US\$ 100 bilhões gerados no país, cerca de US\$ 3 bilhões são enviados para fora do país como pagamento de juros. Entre 82 e 88, este coeficiente chegou a 5% do PIB. Na economia americana, este coeficiente girou historicamente em torno de 0,5%. Somente na era Reagan, entre 80 e 89, ele chegou a 1%. A média histórica das remessas de lucros e dividendos do Brasil é de 0,4% do PIB, enquanto que nos Estados Unidos ela gira em torno de 0,2% do PIB".

Este grau de abertura também pode ser verificado na área tecnológica - "onde vivemos uma verdadeira dependência" - e no setor produtivo real. "Cerca de 32% da produção brasileira e 23% do emprego na indústria são gerados por empresas estrangeiras. A indústria de bens de capital no Brasil tem 50% de capital estrangeiro. Enquanto isso, a presença de estrangeiros no aparelho produtivo norte-americano é de 11%. O grau de abertura em termos produtivos é três vezes maior no Brasil que nos Estados Unidos. Quem precisa abrir sua economia?".

Financiamento do Setor Elétrico

Denizart Almeida

Prof. UFF e

Economista da Eletrobrás

Existem duas formas de se enfocar o financiamento do setor elétrico. A primeira, e que é a mais desenvolvida atualmente, parte da idéia de que existe realmente falta de financiamento para o setor e se discutem soluções criativas para resolvê-lo. A forma que quero desenvolver seria uma discussão dos antecedentes e causas do problema, de modo a lançar luz sobre perspectivas e soluções que podem ser negociadas de maneira geral.

Um primeiro antecedente seria uma crise de concretização de resultados, previstos pelo setor em seu planejamento ao longo dos anos. E, de uma forma interligada a esse problema, não existe um sistema de planejamento institucionalizado pela economia brasileira. A inexistência desses planos que, a longo prazo, indiquem metas setoriais articuladas com as fontes de financiamento, que as viabilize, acompanhe resultados e promova correções de rumo, quando necessárias, é a principal causa da não concretização dos resultados previstos pelo setor.

Nos últimos 30 anos, o único plano que se assemelhou a esse perfil foi o plano decenal de desenvolvimento econômico-social de 1967 (PND). Nele, a programação da produção e dos investimentos do setor elétrico e de todo o setor público, com a identificação das fontes de financiamento, constituía-se num guia para que o setor privado expandisse sua produção, em parte para satisfazer a demanda dessa programação. Por outro lado, outras indústrias ampliavam suas produções, porque tinham a certeza de que haveria energia elétrica para seu consumo.

As previsões de consumo de energia elétrica, feitas em anos anteriores, tendem a se concretizar, durante o período que antecede o primeiro choque do petróleo, tanto devido à absorção da demanda reprimida, quanto à expansão industrial característica do chamado milagre. E a oferta de energia elétrica desse período também se expande sem problemas, porque a estrutura de financiamento montada no período pós-64 desencadeou um grosso processo de acumulação de recursos para o setor. O plano que se segue teria sido o segundo PND. Que, embora preconizando uma reestruturação industrial, onde deveriam crescer mais que proporcionalmente indústrias consumidoras intensivas de energia elétrica, e determinando ao setor que amplie a oferta de energia elétrica com base hidráulica, não se preocupou em estabelecer um sistema de financiamento que resistisse às incertezas da economia brasileira e, principalmente, internacional.

Embora se situe como causa principal da recessão tarifária pós-segundo PND, a necessidade de captação de recursos externos para efeitos de fechamento de balanços de pagamentos é vista como pressão do setor privado, que nessa época já não compartilhava dos mesmos objetivos do segundo PND. Dizia-se que essa pressão se dava porque a burguesia nacional não queria ver seus excedentes, agora relativamente reduzidos, divididos com a tecnoburocracia estatal. O que veio provocar, na década de 80, uma crise de concretização do mercado de energia elétrica, com repercussões em todos os demais resultados do setor.

O realismo tarifário - instituído pela reforma de 1964-1967, durante o milagre - permite ao setor uma estrutura de financiamento bastante

Em debate no CORECON, Denizart Almeida, professor da UFF, e Rego Monteiro, ex-diretor da Eletrobrás, discutem a política que o Brasil vem desenvolvendo para o setor elétrico. Para os especialistas, o cenário ainda é negativo, mas há alguns sinais de que o setor pode se recuperar. As formas de financiamento do setor elétrico, as saídas para se obter recursos e estratégias para sustentar uma eventual retomada do crescimento econômico estão resumidas nas palestras transcritas a seguir.

compatível com o perfil de investimento do setor. A geração inteira de recursos situa-se acima de 20% do total de recursos utilizados e é significativa a participação de recursos institucionais, como o imposto único sobre energia elétrica, o empréstimo compulsório e a reserva global de reversão. Esses mecanismos, beneficiados pelo realismo tarifário, sustentam percentuais de participação de financiamento do setor, também próximos a 20% no total de recursos usados.

A década de 80 vai se caracterizar por uma perda relativa da importância dos recursos institucionais, devido à recessão tarifária que se prolonga por aqueles anos. Além disso, o empréstimo compulsório perde substância, em função do crescimento das indústrias eletro-intensivas, que são praticamente isentas desse empréstimo, embora sejam as mais importantes sinalizadoras do crescimento do mercado. O eletro-intensivos correspondem atualmente a 50% do consumo industrial ou 25% do consumo total de energia elétrica. Ressalte-se tam-

bém a redução da participação dos estados e da União no financiamento do setor, face a crise do Estado, que se desencadeia no início da década, e o conhecido avanço dos empréstimos de financiamento do exterior - principais responsáveis pela elevação da dívida setorial, após o choque dos juros.

Para complementar o quadro de financiamento do setor, temos a estrutura dos usos, que mostra um declínio da participação dos investimentos - perto de 76% em 1970 - para 25% em 1989. Isso indica que quase todos os recursos do setor teriam de ser destinados ao financiamento da dívida. O problema do financiamento do setor fica patente, então, no elevado percentual negativo da participação da variação do capital circulante líquido: menos 42% do total dos usos - o que indica que as obras do setor estavam sendo "tocadas", porque o setor não estava cumprindo compromissos de dívidas contraídas anteriormente.

A partir da segunda metade da década de 80, houve a constatação de que os resultados previstos pelo

setor não estavam sendo concretizados, em função de a economia não ter se expandido conforme se esperava. A diferença do ano de 1985, entre as previsões finais do GCPS, para o período de 1989 a 2001, corrigido em função das previsões do plano 2010, seria de cerca de 30% do consumo observado em 1990. Como resultado, observa-se que o setor tinha um montante de obras em andamento, superando o ativo imobilizado dessas empresas, como o caso de Furnas e Eletrosul.

Pela legislação tarifária, sobre o valor das obras em andamento são contabilizados os chamados juros de construção, que vão ser incorporados ao valor do ativo imobilizado quando essas obras entram em operação. Isso aumenta de forma desproporcional um investimento que deveria ser remunerado. Juntando-se aí a recessão tarifária, presente em toda a década de 80, o resultado era o acúmulo em uma conta extra patrimonial, denominada conta de resultados a compensar (CRC), da diferença de receita necessária, para a remuneração real desse inves-

timento se igualar à remuneração legal. Em algumas empresas, essa conta assumiu um valor significativo, em relação a seu patrimônio líquido, o que explica a crise dessas empresas, que passam a questionar o modelo setorial negando-se a cumprir alguns compromissos de transferências transeitoriais.

A recente lei 8631 procura resolver esses problemas, zerando, através de um encontro de contas, essa CRC que, só no início deste ano, já atingiu US\$ 26 bilhões. A nova lei termina com a garantia de remuneração do setor e estabelece contratos entre empresas que têm de ser cumpridos. A crise do financiamento do setor se antecede a uma crise de resultados, e tem por trás a não institucionalização de um sistema de longo prazo para a economia brasileira. No plano 2015, o setor adianta para a sociedade os percentuais das poupanças globais que necessita para financiar seus investimentos. Cumpriria à sociedade lutar por um sistema de planejamento de longo prazo que incorpore essas questões ou as questione.

Rego Monteiro

Ex. Diretor do BNH e da Eletrobrás

No setor elétrico o planejamento é ainda mais necessário, se levarmos em conta o tempo de maturação de um investimento. Porém, não concordo que a culpa da falta desse planejamento seja do setor. Os vetores externos tiveram muito mais responsabilidades nisso. O setor elétrico começou a se organizar com a Cemig. Aquela equipe da Cemig foi depois trazida para o BNDES, para a Eletrobrás e para Furnas. Ali, se criou um ninho de pessoas preocupadas com essa questão, e se fez um grande levantamento, permitindo o conhecimento de todos os potenciais da zona sudeste e, com isso, a implantação de um planejamento bastante razoável para o setor. Nessa época, o Ministério da Fazenda resolveu fazer da tarifa elétrica um índice de sua política econômica. Dali em diante, as tarifas foram constantemente rebaixadas. A taxa de retorno foi caindo violentamente. Fez-se o setor elétrico trabalhar para subsidiar outros setores.

Outro fator geo-político, que levou o setor elétrico à crise em que está, foi a concentração de todos os recursos na construção de Itaipu, para que o Ministério de Relações Exteriores pudesse fazer a sua política da Bacia do Prata. E, finalmente, houve um fator internacional causado pela política do presidente Reagan de investir cada vez mais na pesquisa espacial, forçando a ex-URSS a ir à falência ao tentar acompanhá-lo. Às custas da nossa falência também. Quando Reagan entrou, ele investiu em uma política de baixa de impostos, ao mesmo tempo em que saiu gastando, em atividades de defesa, um volume estúpido. Para conseguir isso, o governo americano elevou os juros dos países credores a 20% ao ano.

Como o aumento exorbitante dos juros, a dívida brasileira deu um salto para US\$ 100 bilhões, num momento em que os EUA não estavam mais concedendo empréstimos, devido ao grande investimento no México. Como as em-

presas privadas pagavam ao governo brasileiro as suas dívidas, o governo brasileiro, sem ter divisas, empurrou essa dívida para as Estatais. A Eletrobrás teve o desprazer de receber US\$ 13 bilhões. Somando-se uma taxa de retorno cadente, pela compressão de tarifas, com um custo de capital crescendo violentamente, o resultado foi quase a falência. Não havia planejamento que aguentasse esses ingredientes.

O resultado foi que, depois de Itaipu, o setor elétrico brasileiro não fez mais quase nada. O equilíbrio que se mantém na área elétrica é devido ao fato de que um país parado não exige crescimento do sistema de energia. No dia em que vier um governo que saiba governar o Brasil e consiga acabar com a recessão, haverá uma crise de demanda de energia, que o setor não poderá atender, porque não há financiamento para a construção de novas usinas.

Hoje a situação mudou um pouco. Há um movimento de capitais que permite a volta do financiamento, como a Light fez, colocando ações de bolsas até no exterior, sem se perder o controle acionário. A Eletrobrás pode fazer isso. Ela é a empresa de maior patrimônio líquido do país, quase o triplo da Petrobrás. E ninguém divulga isso. Esse patrimônio, no entanto, ninguém movimenta. O problema é de caixa.

Daqui para diante, o que se pode fazer é, em primeiro lugar, garantir uma tarifa razoável de consumo de energia e adiantar recursos para retomar o crescimento, de preferência através de recursos de subscrição de capital, no mercado de vendas de ações. E tomar empréstimos lá fora, pois no Brasil está impraticável. O Banco do Brasil já cobrou da Eletrobrás juros de 30%, em cima de um empréstimo de US\$ 50 milhões, mais correção. Os bancos nacionais parecem praticar agiotagem. Como não se pode contar com eles, busca-se empréstimos no exterior, desde que com juros justos. São esses pontos que irão permitir uma retomada do setor elétrico.



X Congresso Brasileiro dos Economistas Convite à Reflexão

O Brasil recuperou a democracia, mas parece ter perdido a capacidade de crescer. O pessimismo se alastra e o país do futuro começa a ser encarado como um país sem futuro, ou no mínimo, condenado a um futuro sombrio. Essa perspectiva, esse cenário doloroso, está longe porém de ser uma fatalidade. O Brasil tem muitos caminhos a trilhar para combinar democracia, crescimento e justiça social e transformar em realidade o sonho de uma sociedade em que a cidadania não seja uma mera abstração para milhões de seus habitantes.

Essa tentativa de recuperar o sonho, mas com os pés no chão, será o tema central do X Con-

gresso Brasileiro de Economistas, que acontecerá de 3 a 5 de novembro no Rio de Janeiro. Para transformar "*Redesenhando o Futuro: Economia, Estado e Democracia*" num exercício múltiplo e frutífero de reflexão sobre os desafios que se colocam à sociedade brasileira como uma esfinge ("decifra-me ou te devoro") é **essencial contar com trabalhos de economistas de todo o país a respeito dos temas que compõem os grupos de trabalho.**

Quem quiser colaborar deve entregar ou enviar os seus textos até 30/09, para o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, 109 - 19º andar ou para o Corecon de seu Estado. Uma comissão for-

mada por membros indicados pelas Entidades de Economistas do Rio de Janeiro e Cofecon fará a avaliação dos trabalhos enviados.

Sua presença e participação são importantes, também, nos debates a serem realizados nos grupos de trabalho e nas palestras que ocorrerão durante o X Congresso Brasileiro de Economistas em que falarão, entre outros, o ministro Fernando Henrique Cardoso, Dom Luciano Mendes de Almeida, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Antonio Kandir, Luciano Coutinho e alguns dos principais prefeitos do país.

Contamos com sua participação para transformar o X Congresso Brasileiro de Econo-

mistas num encontro ímpar em que a reconstrução do sonho de uma sociedade justa ganhe alicerces sólidos a partir das reflexões de membros de nossa categoria profissional e das contribuições de porta-vozes representativos do Estado e da sociedade civil.

MAURICIO BUZANOVSKY
Presidente do CORECON-RJ

CARLOS EDUARDO LOBO
Presidente do COFECON

GRUPOSTEMÁTICOS:
Estado e Sociedade - Questão Social - Economia Internacional - Economia Regional e Estudos Setoriais - Questões Macroeconômicas - Aspectos Profissionais

ELEIÇÕES

Renovação do 2º terço do Plenário do CORECON-RJ

3 Conselheiros Efetivos e 3 Suplentes + Delegados eleitores do Colégio Eleitoral do COFECON.

Editais publicados no Diário Oficial do Estado e no O Globo em 11 de agosto de 1993.

Prazo para inscrição de chapas:

30 dias após a publicação, encerrando-se em 10/09/93, às 18:00 h na sede do Conselho

Data das eleições:

25/10/93

No boletim de setembro serão informados os locais das seções eleitorais, bem como outras instruções sobre a votação.

**INFORME
CORECON**

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86

